

## Trajetória formativa-profissional do professor Timothy Denis Ireland e sua defesa pela educação no sistema prisional

ARTIGO

José Douglas de Abreu Araújo<sup>i</sup>

Universidade Estadual do Ceará, Iguatu, CE, Brasil

Wanderson Diogo Andrade da Silva<sup>ii</sup>

Universidade Estadual do Ceará, Limoeiro do Norte, CE, Brasil

1

### Resumo

Este estudo buscou conhecer e analisar a trajetória formativa-profissional do professor Timothy Denis Ireland no contexto da educação prisional, destacando sua defesa pelo direito à educação para pessoas privadas de liberdade. Os dados foram gerados por meio das narrativas autobiográficas, permitindo que o referido professor narrasse sua trajetória e contribuição nesse campo. As narrativas demonstram que Ireland se tornou uma referência na área, defendendo uma educação acessível que valoriza a dignidade humana e a cidadania das pessoas em privação de liberdade. Além disso, sua experiência conecta-se ao contexto sociocultural da educação prisional, pois evidencia a importância da formação educacional como instrumento de transformação pessoal e social. A sua trajetória reafirma a necessidade de políticas educacionais que garantam oportunidades de aprendizado no sistema prisional, o que contribui para a garantia dos direitos humanos e para a ressocialização extramuros.

**Palavras-chave:** Direitos Humanos. Educação em Prisões. Narrativas Autobiográficas.

**The formative-professional trajectory of professor Timothy Denis Ireland and his advocacy for education in the prison system**

### Abstract

This study sought to understand and analyze the educational and professional trajectory of professor Timothy Denis Ireland within the context of prison education, highlighting his advocacy for the right to education for people deprived of liberty. Data was generated through autobiographical narratives, allowing the professor to recount his journey and contributions to this field. The narratives reveal that Ireland has become a key reference in the area, advocating for accessible education that upholds the human dignity and citizenship of incarcerated individuals. Furthermore, his experience is closely linked to the socio-cultural context of prison education, as it highlights the importance of educational training as a tool for personal and social transformation. His trajectory reaffirms the need for educational policies that ensure learning opportunities within the prison system, which contributes to the promotion of human rights and the resocialization of individuals beyond prison walls.

**Keywords:** Human Rights. Education in Prisons. Autobiographical Narratives.

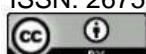
## 1 Introdução

2

A educação no sistema prisional constitui um direito humano fundamental e um instrumento social para a reintegração de pessoas privadas de liberdade. Nesse contexto, as práticas educativas nas prisões, sejam elas escolares ou não, são permeadas por desafios estruturais, políticos e conceituais que limitam sua efetivação. Em geral, a oferta dessas práticas no contexto prisional se restringe à alfabetização e aos estudos dos anos iniciais do Ensino Fundamental na modalidade de Educação de Jovens e Adultos (EJA), sem investimentos significativos para a continuidade da educação escolar e para a ampliação de práticas educacionais sociais diversificadas (Araújo, 2021).

O ambiente prisional, como instituição que concebe a pena privativa de liberdade para as pessoas que infringem a lei, deve garantir direitos básicos como mecanismo para minimizar a exclusão social, sendo a educação um desses direitos (Jácome; Chaves, 2022). Embora não seja a solução para todas as mazelas sociais presentes na população carcerária, a educação dentro das prisões é um elemento fundamental no processo de formação humana e social. Esse processo não se restringe aos limites da escolarização tradicional, expandindo-se como práticas socioeducativas e como um potencial indutor de (trans)formação da população carcerária. Para isso, devem estar articuladas a práticas formativas e assistenciais que visem a ampliar as perspectivas de vida das pessoas privadas de liberdade, indo além da lógica punitiva, para promover o desenvolvimento pessoal e social desses sujeitos.

No cenário de defesa pela educação no sistema prisional, neste estudo, destaca-se a sólida atuação do inglês Timothy Denis Ireland, professor titular aposentado do Centro de Educação (CE) da Universidade Federal da Paraíba (UFPB), com uma trajetória formativa-profissional que espelha a importância da educação prisional como um direito humano e um mecanismo essencial para a reintegração social extramuros. Destacam-se contribuições no campo acadêmico de pesquisadores como o professor Timothy Denis Ireland, marcadas pelo compromisso com a educação de jovens e adultos, especialmente no ambiente carcerário.



Assim, publicizar a trajetória formativa-profissional do referido professor ganha relevância, tendo em vista as perspectivas dos seus *saberesfazeres* para a compreensão dos desafios e das potencialidades da educação nas prisões. O seu trabalho reforça a necessidade de ampliar as discussões sobre práticas educativas no sistema prisional, o que lhe permitiu realizar expressivas atividades de ensino, pesquisa e extensão dentro e fora da universidade, com impactos locais, regionais, nacional e internacional.

Partindo desse contexto, este estudo buscou conhecer e analisar a trajetória formativa-profissional do professor Timothy Denis Ireland no contexto da educação prisional, destacando sua defesa pelo direito à educação para pessoas privadas de liberdade. Para tal, buscou-se responder ao seguinte questionamento: de que maneira a trajetória do referido professor tem contribuído para o fortalecimento da defesa pelo direito à educação para pessoas privadas de liberdade na Paraíba e no Brasil?

Destaca-se que este estudo constitui um recorte da pesquisa de doutoramento do primeiro autor (Araújo, 2024), desenvolvida a partir da análise de atividades extensionistas coordenadas pelo professor Timothy Ireland na UFPB antes e durante a pandemia da covid-19 no Brasil. As narrativas autobiográficas permitiram “uma entrega do sujeito à sua própria história, enaltecedo aquela que é a sua identidade e transmitindo-a, aos poucos, ao investigador” (Araújo; Sarmento, 2021, p. 267), conforme será apresentado nas próximas seções.

## 2 Metodologia

O desenvolvimento deste estudo foi orientado pelos princípios da abordagem qualitativa, por trabalhar com dados subjetivos que não podem ser mensurados quantitativamente, pois, no campo da Educação, é essa abordagem que revela “o professor como pessoa, como profissional, como construtor de inteligibilidade, como ser reflexivo, como alguém que pensa, decide, se angustia” (Ghedin; Franco, 2011, p. 61). Configurando-se como uma pesquisa narrativa, o estudo tomou a experiência de vida de uma pessoa como a melhor forma de compreender a sua experiência educativa (Clandinin;



Connely, 2011). Além disso, valeu-se da pesquisa bibliográfica para identificar e analisar produções científicas do professor Timothy Ireland.

As narrativas autobiográficas foram produzidas por meio de uma entrevista, utilizando um roteiro semiestruturado, realizada virtualmente mediante a plataforma Google Meet no dia 1º de março de 2024, gravada em formato de áudio e vídeo. Foram gerados 100 minutos de material audiovisual que, na sequência, foi transscrito e textualizado, resultando em 23 páginas textuais. O material textual foi enviado para o professor validar a transcrição, pois “o sentido de apresentar-se esse material decorre da consideração de que o entrevistado deve ter acesso à interpretação do entrevistador, já que ambos produziram um conhecimento naquela situação específica de interação” (Szymanski, 2011, p. 55).

O professor Timothy Ireland concordou voluntariamente em participar da pesquisa, assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) com a autorização da divulgação de sua verdadeira identidade. Além disso, a pesquisa foi aprovada pelo Comitê de Ética em Pesquisa da UFPB, com parecer de número 6.666.311 e Certificado de Apresentação para Apreciação Ética (CAAE) de número 76215123.5.0000.5188.

Os dados resultantes da entrevista e da pesquisa bibliográfica foram entrecruzados, permitindo apresentar a trajetória formativa-profissional do referido professor e sua defesa pelo direito à educação no sistema prisional, explicitada nas seções que seguem.

### 3 O professor Timothy Denis Ireland e sua aproximação com a educação nas prisões

A jornada acadêmica do professor Timothy Denis Ireland forja um especialista com contribuições notáveis para a compreensão e a implementação de políticas públicas que sustentam a educação de jovens e adultos e a educação em prisões. Além de suas contribuições para o processo educacional de jovens e adultos na Paraíba, como afirmou Torres (2019), o professor também desempenhou um papel importante na reconfiguração da política educacional para custodiados no Brasil. Ele atuou como diretor de Políticas de



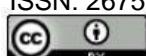
Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (DPEJA/SECADI), vinculada ao Ministério da Educação (MEC) entre 2004 e 2007.

5

Nascido em 1948, em Rochford, distrito de Essex, na Inglaterra, de família religiosa da Igreja Anglicana e filho do meio entre dois irmãos (Pinho, 2022), seu percurso acadêmico começou com a graduação em *English Language And Literature* pela University of Edinburgh, na Escócia. Na pós-graduação, cursou mestrado e doutorado em *Adult Education* pela University of Manchester, na Inglaterra, traçando um caminho de conhecimento e reflexões que fez brotar sua paixão pelo ensino e sua preocupação com a justiça social.

Em uma entrevista concedida ao Programa Educação em Pauta, do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte (IFRN), o professor Timothy Ireland compartilhou o início de sua trajetória na educação de jovens e adultos, iniciada na década de 1970, ao lecionar língua inglesa para alunos de diferentes idades, incluindo idosos. Também atuou como assistente social junto à comunidade de pessoas com deficiência auditiva na Inglaterra, onde percebeu os desafios educacionais enfrentados por esse grupo. Nesse contexto, teve contato com jovens imigrantes asiáticos, cujas famílias haviam sido expulsas de Uganda e enfrentavam barreiras de comunicação. Para auxiliar na integração desses jovens, participou da criação de um clube juvenil e de aulas de língua, buscando promover a alfabetização e o desenvolvimento de formas de comunicação (Ireland, 2016).

O professor narrou que, entre esses imigrantes, havia um jovem inglês com deficiência auditiva e praticamente analfabeto, com aproximadamente vinte e cinco anos, nascido na Inglaterra, que chamou a sua atenção. Ele iniciou um trabalho de comunicação, mesmo sem experiência prévia, mas o jovem acabou sendo preso e o professor retomou os seus trabalhos com ele no presídio.



*Era exatamente uma exceção e logo depois ele foi preso. A polícia chegou, ele estava com parceiros, todos ouvintes, e ele não escutou a polícia. Todos os outros foram embora e ele ficou atrás e foi preso, e eu comecei, não me lembro mais de toda a história, mas eu sei que eu fui continuar esse trabalho no presídio com ele. Não lembro mais quanto tempo durou, mas eu fui várias vezes continuar trabalhando com ele no presídio (Ireland, 2024). Entrevista concedida em 1º de março de 2024).*

6

Essa experiência foi determinante para despertar seu interesse pela educação prisional. O professor Timothy Ireland passou a realizar aulas de comunicação e alfabetização para um jovem surdo em conflito com a lei, despertando um interesse pelo trabalho educacional em prisões e levando-o a se candidatar para um cargo de diretor de educação em um presídio enquanto cursava o mestrado. Ele narrou que o processo de entrevistas foi longo e que, embora não tenha sido selecionado, foi encorajado positivamente para continuar buscando oportunidades de atuação na área.

Esses acontecimentos de sua história – o trabalho como assistente social, o contato com jovens imigrantes asiáticos e o atendimento ao jovem surdo em conflito com a lei –, foram determinantes para sua decisão de direcionar sua carreira para a educação de jovens e adultos, abandonando a ideia de seguir no Serviço Social, como ele mesmo narrou:

Foi a minha entrada para a área de educação de jovens e adultos, quando eu decidi que a área de serviço social não era para mim. Eu achei que o que a gente precisava era mais atenção educacional que esse atendimento social. Então, foi quando eu comecei a investir. Fui fazer um curso de especialização de jovens e adultos e fui fazer um mestrado e logo após estava terminando o mestrado na Universidade de Manchester na Inglaterra e recebi um convite para vir ao Brasil (Ireland, 2016).

A sua vinda para o Brasil ocorreu entre a formação acadêmica e a experiência adquirida tanto durante sua pesquisa de doutorado, que defendeu em 1988, na qual realizou uma investigação de campo com os movimentos sociais, particularmente com o grupo de oposição do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário (SINTRICOM) de João Pessoa, como também no seu ingresso como professor no Curso de Mestrado em Educação (CME), hoje Pós-graduação em Educação (PPGE) da UFPB.

Foi um desafio o clima do regime militar. Mas, começando a abertura, eu tinha muita vontade de me envolver nos movimentos sociais. Eu, como alguém da área de Educação de Jovens e Adultos, nunca achei que era suficiente estudar educação de adultos do ponto de vista só acadêmico-teórico. Você tem que sujar as mãos, você tem que se envolver. É uma área em que a prática é absolutamente vital (Ireland, 2016).

7

O professor reconhece a importância de se envolver ativamente na prática da Educação de Jovens e Adultos (EJA), compreendendo que essa área requer uma abordagem participativa e engajada nos movimentos sociais como elementos essenciais para uma atuação efetiva com esse público. Sua experiência inicial despertou nele um interesse ainda maior pela área e, após a conclusão do doutorado, voltando ao Brasil, teve a oportunidade de retomar seu trabalho na educação em prisões. Isso foi possível por intermédio da sua atuação no MEC e da criação e sua inserção na SECADI, em 2004, quando ocupou o cargo de diretor na Diretoria de Políticas da Educação de Jovens e Adultos.

Ainda no MEC, especificamente em 2005, foi surpreendido com um recurso financeiro proveniente do governo japonês no valor de cerca de 200 mil dólares, destinado especificamente para programas de alfabetização que, para ele, apesar de parecer muito dinheiro, era um recurso limitado para investir em políticas públicas. Não dava para implantar um projeto maior, mas foi necessário para iniciar um projeto, mesmo restrito, que permitisse a criação de novas abordagens no âmbito da educação nas prisões, originando o projeto Educando para Liberdade, conforme narrou:

*200 mil dólares em política pública é muito pouco e eu pensei: ‘como que a gente pode usar isso num projeto como semente para um projeto maior, mas tem que ser um segmento mais restrito, onde daria para criar novas abordagens’. Eu, de repente, pensei nessa questão de educação em prisões. Então, foi a partir daqui que decidimos criar esse projeto, o ‘Educando para Liberdade’. Foi toda uma articulação com o Ministério de Justiça, Ministério de Educação, com UNESCO participando na mediação. Começamos com seis Estados. Fizemos convênios com seis Estados e fomos implementando essa proposta de educação em prisões (Ireland, 2024. Entrevista concedida em 1º de março de 2024).*



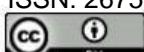
Como diretor da DPEJA/SECADI, e ao analisar a situação da população carcerária, o professor e sua equipe deram uma atenção especial à educação em prisões, articulando-se com diferentes órgãos governamentais e proporcionando estratégias para a construção de uma política eficiente, pois a educação não era um direito adquirido, ficando sempre dependente dos gestores para seu reconhecimento: “*se achava que era importante, dedicava tempo; se não, não havia*” (Ireland, 2024. Entrevista concedida em 1º de março de 2024). O professor observa que essa foi a primeira vez que o Estado brasileiro assumiu efetivamente a responsabilidade por oferecer educação nesse contexto, em uma perspectiva de direito garantido para os indivíduos privados de liberdade.

*Não é que inovamos. A educação em prisões, como todos nós sabemos, é milenar, mas era a primeira vez que o Estado brasileiro realmente tinha assumido a responsabilidade para uma oferta sistematizada de educação em prisões que, na maioria dos casos, dependia muito do diretor ou secretário, se ia haver ou não educação em prisões. Não era um direito adquirido da pessoa privada de liberdade* (Ireland, 2024. Entrevista concedida em 1º de março de 2024).

Um fator importante nesse movimento foi a estratégia da articulação intersetorial para a consolidação da educação envolvendo instituições e áreas diversas, como saúde e serviço social, para garantir uma abordagem interdisciplinar na promoção da educação nas prisões. Daí surge o projeto Educando para Liberdade, como narrou o professor:

Nós iniciamos com esse projeto que se chamava Educando para liberdade, que foi uma mobilização nacional em torno da educação em prisões, em 2005, e conseguimos mobilizar seminários estaduais, regionais e um seminário nacional. No seminário nacional, se começou a discutir a importância e necessidade de se ter diretrizes nacionais para o sistema penitenciário, ter uma política nacional. Finalmente, em 2010, e depois em 2011, essas diretrizes foram aprovadas pelo Ministério da Justiça e Ministério da Educação (Ireland, 2016).

O projeto Educando para a Liberdade foi se fortalecendo com a articulação entre o MEC, o Ministério da Justiça e a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (UNESCO), demonstrando que a vontade do poder público conta muito para a efetivação de uma política educacional, como apontou Torres (2019), pois permitiu a abertura de espaços políticos e facilitou a disseminação de ideias, bem como a



possibilidade de debates com a sociedade civil, ONGs, pessoas cumprindo pena de privação de liberdade e pessoas que já pagaram a pena, profissionais da educação, operadores do sistema de justiça criminal e pesquisadores ligados às universidades. Segundo o professor Timothy, “*a partir do ‘Educando para a Liberdade’ foram realizados dois seminários nacionais e no primeiro seminário nacional se aprovou diretrizes nacionais*” (Ireland, 2024. Entrevista concedida em 1º de março de 2024).

O professor começou a sua carreira interessado na gestão na área da educação prisional, mas, ao longo do tempo, foi se aprofundando nesse campo e teve a oportunidade de conhecer figuras influentes, como Roberto Silva, da Universidade de São Paulo (USP), e Mariângela Graciano, da Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP), assim como outros atores sociais envolvidos em movimentos da sociedade civil, ONGs e universidades. Juntos, esse grupo colaborativo começou a planejar e implementar iniciativas educacionais no sistema prisional.

*Então, com isso, eu terminei acompanhando e aprofundando e quando eu fui para a UNESCO, em 2008, continuamos. Continuei, tanto naquela época, o Marc de Maia, que era belga, que era consultor da UNESCO, estava querendo organizar uma conferência internacional de educação em prisões e a ideia era de ir, aos poucos, trazer um movimento de baixo para cima, e a ideia de realizar conferências regionais para depois ter, já tinha data marcada para a conferência central, que ia ser na Bélgica, então nós organizamos uma conferência latino-americana em Brasília sobre educação em prisões, e tinha um conjunto de pessoas importantes* (Ireland, 2024. Entrevista concedida em 1º de março de 2024).

Em 2013, coordenou o projeto da Pró-reitoria de Extensão (ProEx) da UFPB, intitulado Ressocialização Feminina, Direitos Humanos e Cidadania, na Penitenciária Júlia Maranhão, em João Pessoa, com o objetivo de fortalecer as políticas de direitos humanos e socialização de mulheres privadas de liberdade de forma interdisciplinar com a participação de profissionais de diferentes áreas, utilizando diferentes abordagens para explicar diversas formas de educação. Para ele, foi uma experiência bem-sucedida e inspiradora, conforme narrou:



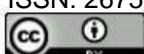
*Eu, com todas as dificuldades, acho que foi uma experiência bastante bem-sucedida em termos de explorar essa possibilidade das linguagens, não só pensar a educação a partir da dimensão escolar, mas o que são as coisas que vão interessar as mulheres? Quais são os seus? Inclusive, no Júlia Maranhão, eles tinham um coral, então a questão de cantar era uma atividade que já existia* (Ireland, 2024. Entrevista concedida em 1º de março de 2024).

10

Paralelamente, liderou o grupo de estudo e pesquisa Grupo de Investigação em Processos Educativos e Formativos no Contexto Inter/Nacional de Privação de Liberdade, que se dedicou a explorar diretrizes e princípios nacionais e internacionais relacionados à formação e à educação no contexto de execução penal e pessoas privadas de liberdade.

Entre 2019 e 2024, esteve envolvido em diversas iniciativas educacionais, com destaque para a coordenação do Clube de Leitura Janelas para o Mundo na Penitenciária Sílvio Porto e na Penitenciária de Segurança Máxima Doutor Romeu Gonçalves de Abrantes (PB1/PB2), ambos em João Pessoa. Conforme Araújo (2021), o projeto visava a estimular a leitura e a escrita como instrumentos de ampliação de horizontes e o desenvolvimento subjetivo dos participantes. Inserida na interseção entre pesquisa, ensino e extensão, a iniciativa ocorreu por meio da disciplina Leituras Dirigidas Articuladas com Práticas de Remição de Pena pela Leitura no PPGE da UFPB e das práticas de remição de pena pela leitura, promovendo um espaço dialógico entre a universidade e o ambiente prisional. No entanto, com pandemia da covid-19, o projeto precisou ser suspenso em razão das restrições sanitárias e das medidas de isolamento social.

Como desdobramento do projeto Janelas para o Mundo, surge o projeto de extensão universitária interinstitucional Entre Nós: Cartas, Palavras e Conversas, uma alternativa para manter as práticas educativas no contexto prisional durante a pandemia de covid-19. Idealizado pelos professores Timothy Ireland e Aline Campos, da Universidade Federal do Norte de Tocantins (UFNT), o projeto utilizou a leitura e a escrita por meio de livretos com diferentes gêneros textuais e a troca de cartas como ferramenta pedagógica, possibilitando a continuidade do aprendizado e do diálogo entre os participantes (Araújo, 2024). Segundo Campos, Rosa e Ireland (2024), o projeto foi concebido com o objetivo de promover a educação como um processo contínuo de troca





e construção de conhecimento, adaptando-se às limitações impostas pelo ambiente prisional e pelas restrições sanitárias da época.

Com sua experiência, o professor Timothy Ireland colaborou com a Comissão Interinstitucional de Educação em Prisões na construção do Plano Estadual de Educação para as Pessoas Privadas de Liberdade e Egressas do Sistema Penal no período de 2021-2024, na Paraíba. Sua contribuição foi fundamental para a definição dessas diretrizes, que visam a garantir o acesso à educação no sistema prisional paraibano, promovendo ações voltadas à alfabetização, à escolarização e à formação para a cidadania, além de reforçar a articulação entre diferentes instituições para a efetivação do plano.

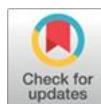
Adicionalmente aos projetos de extensão e pesquisa, sua contribuição acadêmica perpassa pelas orientações de trabalhos de conclusão de curso, mestrados e doutorados; sua vasta produção teórica, que inclui a publicação de artigos em periódicos renomados nacionais e internacionais; e participação em eventos acadêmicos, onde compartilha seus conhecimentos e experiências com outros pesquisadores e profissionais da área. Parte dessa produção será apresentada na próxima seção deste estudo.

A jornada acadêmica do professor Timothy Ireland na educação de jovens e adultos privados de liberdade é marcada por seu compromisso em promover a viabilidade de acesso à educação. Sua vida, formação acadêmica, experiência profissional e científica formaram uma referência em educação de jovens e adultos e educação nas prisões, inspirando outros profissionais e pesquisadores a atuarem na área.

## 4 A produção do conhecimento científico do professor Timothy Denis Ireland à luz dos direitos humanos

A educação prisional tem se configurado como um campo de tensões e possibilidades, no qual diferentes atores sociais interagem para construir um modelo educativo que respeite os direitos humanos e ofereça condições dignas para a formação dos apenados, à exemplo das próprias universidades públicas e as Organizações Não





Governamentais (ONGs). Nesse contexto, estudos como os do professor Timothy Denis Ireland são expressões do deslocamento de se pensar uma educação simplista que mantém o sistema para a concepção da educação como um direito humano inalienável.

Ireland (2020) destaca que a educação em prisões deve ser um espaço de autonomia e emancipação, e não um instrumento de domesticação e controle social, apresentando e absorvendo as categorias freirianas (Freire, 2017) para defender uma educação libertadora e ao longo da vida, na qual o sujeito privado de liberdade não seja reduzido a um mero receptor de conteúdo, mas sim reconhecido como protagonista no processo de construção do conhecimento e transformação de si. Com relações pedagógicas holísticas e dialógicas entre educadores e educandos, como propõe Freire (2017), a educação pode ser potencial para reconstrução da identidade das pessoas privadas de liberdade e colaborar na construção de experiências significativas de vida.

Para tanto, a produção acadêmica do professor Timothy Ireland, no campo da educação prisional, tem apresentado temas como a remição de pena e o papel da leitura, a educação popular e a educação superior nas prisões, sempre com um olhar crítico sobre as políticas educacionais e os direitos das pessoas privadas de liberdade que nos ajuda a aprofundar na reflexão sobre a educação em prisão ao longo da vida como direito básico. O Quadro 1 apresenta as principais publicações do referido professor e seus colaboradores no período de 2011 a 2024, destacando os temas centrais. Salienta-se, porém, que a produção do conhecimento científico do professor Timothy Ireland é mais expressiva do que a síntese apresentada a seguir, que considerou apenas os estudos e as pesquisas sobre educação em prisões. Vale, portanto, consultar o currículo na Plataforma Lattes<sup>1</sup> para ter acesso à totalidade da sua produção intelectual publicizada.

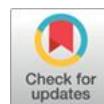
<sup>1</sup> Plataforma brasileira que reúne informações acadêmicas, profissionais e científicas de pesquisadores. Para conhecer o currículo lattes do Timothy Denis Ireland, acesse: <http://lattes.cnpq.br/5935627249778242>.



## Quadro 1 – Produção acadêmica do professor Timothy Denis Ireland sobre educação em prisões

13

Ano	Categoria	Tema principal	Referência
2024	Artigo	Educação prisional e remição de pena	SOUZA, M. A. N.; IRELAND, T. D. Remição de pena como política educacional nas prisões femininas da Paraíba. <b>Revista Educação &amp; Emancipação</b> , São Luís, v. 17, p. 240-254, 2024.
	Capítulo de livro	Educação e comunicação na prisão	CAMPOS, A.; ROSA, C. S.; IRELAND, T. D. Entre-nós: cartas, palavras e conversas dentro e fora da prisão. In: FREITAS, C.; ANDREATTA, E.; PERES, R. (org.). <b>Entre redes e outros nós</b> . Manaus: Editora UFAM, 2024. p. 173-188.
2023	Artigo	Educação popular e mulheres privadas de liberdade	SOUZA, M. A. N.; IRELAND, T. D. Políticas públicas de educação para mulheres privadas de liberdade: contribuições da educação popular. <b>Temas em Educação</b> , João Pessoa, v. 32, n. 1, p. 1-20, 2023.
2021	Artigo	Política educacional em prisões	TORRES, E.; IRELAND, T. D; ALMEIDA, S. I. Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização. <b>Revista Eletrônica de Educação</b> , São Carlos, v. 15, p. 1-18, 2021.
2021	Artigo	Incentivo à leitura	IRELAND, T. D. Convite à leitura. <b>Revista Eletrônica de Educação</b> , São Carlos, v. 15, p. 1-3, 2021.
2021	Artigo	Leitura na prisão	CAMPOS, A.; IRELAND, T. D. Ler na prisão: entre portas, mundos e janelas. <b>Educação Unisinos</b> , São Leopoldo, v. 25, p. 1-18, 2021.
2020	Artigo	Ensino Superior em prisões	CAMPOS, A.; IRELAND, T. D. Ensino Superior em prisões da América Latina: um diálogo com uma experiência piloto no Tocantins/Brasil. <b>Educação e Cultura Contemporânea</b> , Rio de Janeiro, v. 17, n. 48, p. 124-145, 2020.
2019	Capítulo de livro	Educação prisional e Direitos Humanos	SARMENTO, V. A.; IRELAND, T. D. Educação que liberta: notas para construção de um Projeto Político Pedagógico em prisões à luz de Educação em Direitos Humanos. In: CALAÇA, S. M. et al. (org.). <b>Direitos humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos</b> . João Pessoa: CCTA, 2019. p. 519-534.



2018	Artigo	Educação de adultos em reclusão	IRELAND, T. D. O caminho de Belém a Suwon: uma perspectiva latino-americana. <b>Desicio:</b> Educacion de Adultos en Reclusion, [s. l.], v. 50, p. 21-27, 2018.
2016	Capítulo de livro	Formação de agentes penitenciários	IRELAND, T. D.; SARMENTO, V. A. Formação para agentes penitenciários(as): uma proposta metodológica à luz da educação em/para direitos humanos. In: ANDRADE, F. C. B.; RECHEMBACH, F. (org.). <b>Contribuições à educação em direitos humanos na contemporaneidade</b> . Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 147-168.
2011	Artigo	Educação prisional e direitos educacionais	IRELAND, T. D. Educação em prisões no Brasil: direito, contradições e desafios. <b>Em Aberto</b> , Brasília, v. 24, p. 23-43, 2011.
2011	Artigo	Reflexão sobre políticas educacionais	IRELAND, T. D. Apresentação. <b>Em Aberto</b> , Brasília, v. 24, p. 11-16, 2011.

Fonte: Elaboração própria a partir dos dados da pesquisa (2025).

As produções do professor Timothy Ireland destacam que a educação nas prisões enfrenta um duplo desafio: por um lado, é reconhecida como direito humano alinhada à Educação em Direitos Humanos e à Pedagogia da Libertaçāo de Paulo Freire; por outro, sua implementação sofre com limitações estruturais e políticas. Em Sarmento e Ireland (2019), encontra-se uma reflexão sobre a necessidade de um projeto político-pedagógico dentro do sistema prisional que considere as práticas educativas escolares e não escolares, promovendo uma formação que dialogue com a realidade dos presos e contribua para sua visão de mundo.

Reforçando essa necessidade, o diagnóstico da política educacional em prisões, analisado por Torres, Ireland e Almeida (2021), demonstra a precariedade do acesso à educação no sistema prisional, pois a oferta educacional nas prisões frequentemente se reduz a uma política de contenção, mais voltada para a gestão da população carcerária do que para a efetiva promoção do direito à educação. As atividades educativas passam



a ser instrumentos de controle e disciplina, reforçando o próprio sistema penitenciário e reduzindo o seu potencial de uma educação para liberdade.

Entretanto, projetos como a remição de pena por meio de práticas sociais educativas, garantida pela Resolução Nº 391/2021, representam uma iniciativa significativa ao possibilitar a participação das pessoas privadas de liberdade em atividades educativas diferenciadas (Brasil, 2021). Assim, Souza e Ireland (2024) refletem que essa política apresenta contradições, especialmente no que se refere à instrumentalização da educação no contexto prisional. Existe efetividade na prática educativa da remição ao possibilitar a redução da pena e estimular o interesse das pessoas privadas de liberdade pelo aprendizado. No entanto, devem ser considerados os riscos de reduzir a educação a um meio de barganha, esvaziando seu potencial formativo e crítico. Os referidos autores evidenciam que essa lógica se torna ainda mais acentuada nas prisões femininas, onde o acesso à educação é frequentemente tratado como um privilégio concedido, e não como um direito fundamental, reforçando desigualdades e limitando as possibilidades de transformação social por meio do ensino.

A abordagem crítica da educação prisional também se reflete no estudo de Souza e Ireland (2023) sobre mulheres privadas de liberdade. Os autores defendem a educação popular como instrumento de emancipação, retomando os princípios freirianos de diálogo, conscientização e transformação social, contrapondo-se à visão tradicional da educação prisional, que, muitas vezes, se limita à transmissão de conteúdos formais, sem considerar as experiências e os contextos socioculturais das pessoas privadas de liberdade.

Nessa reflexão sobre a remição de pena e sua relação com a educação, o professor Timothy Ireland traz a defesa da leitura e da escrita como práticas educativas fundamentais nas prisões. Em Campos e Ireland (2021) e Ireland (2021), destaca-se a importância do acesso ao livro e à escrita epistolar como formas de resistência e humanização no ambiente prisional. A pesquisa de Campos, Rosa e Ireland (2024) aprofunda essa discussão, ao demonstrar que a utilização de diferentes recursos na prática educativa, como cartas escritas por pessoas dentro e fora da prisão, contribuem

para a interação das pessoas privadas de liberdade e a manutenção de laços afetivos e desenvolvimento de habilidades reflexivas e críticas.

Campos e Ireland (2020) e Ireland e Sarmento (2016) abordam o papel do Ensino Superior nas prisões e a formação de profissionais que atuam nesse contexto, defendendo a luta pela ampliação do acesso ao Ensino Superior como estratégia de reintegração social extramuros e de reconfiguração das relações de poder no sistema prisional. O argumento dos autores é que a formação dos agentes penitenciários deve incluir princípios da Educação em Direitos Humanos, garantindo uma abordagem humanizadora e não apenas coercitiva e disciplinadora em vista do punir.

As obras do professor Timothy Ireland e seus colaboradores evidenciam que, embora a educação prisional seja um direito legalmente reconhecido, sua efetivação enfrenta desafios estruturais, sociais, econômicos e políticos. A instrumentalização da educação para remição de pena, a precarização da oferta educacional e a resistência a metodologias críticas são alguns dos entraves apontados pelas pesquisas.

Para superar essas limitações, a referida produção científica indica caminhos para uma educação prisional significativa e crítica, fundamentada na educação popular, na leitura e escrita como prática libertadora e na formação crítica tanto dos sujeitos privados de liberdade quanto dos profissionais do sistema prisional. Assim, a luta e a resistência se materializam na necessidade de reestruturação das políticas educacionais nas prisões, em consonância com os princípios dos direitos humanos.

## 5 Considerações finais

A trajetória acadêmica do Timothy Denis Ireland na educação prisional evidencia sua contribuição para a defesa do direito à educação das pessoas privadas de liberdade não só no estado da Paraíba, mas, também, no cenário nacional brasileiro. Suas narrativas expressam uma atuação que se consolidou como uma referência na área, promovendo uma educação nas prisões baseadas nos direitos humanos que valoriza a dignidade humana e a cidadania.



O professor contribuiu para o pensar a educação em prisões no Brasil, destacando-se pelo desenvolvimento de práticas pedagógicas inovadoras que ampliaram o acesso à educação para pessoas privadas de liberdade. Sua participação nos projetos Educandos para a Liberdade, Janelas para o Mundo e Entre Nós: Cartas, Palavras e Conversas, entre outros, demonstra como a educação possibilita aprendizagens e o fortalecimento da interação social dentro do contexto prisional. Ao utilizar diversos instrumentos educativos, como livretos e cartas, o professor evidenciou possibilidades diversas para as práticas educativas em prisões, mesmo em tempos difíceis, como na pandemia da covid-19. Sua atuação reforça a importância de práticas educativas humanizadoras na reintegração social extramuros de pessoas em privação de liberdade.

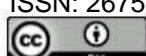
Os resultados evidenciam que a experiência do professor Timothy Ireland se conecta diretamente ao contexto sociocultural da educação em prisões, destacando a formação educacional como um instrumento necessário para a transformação pessoal e social. Sua trajetória reforça a urgência de políticas educacionais que garantam oportunidades reais e diversas de aprendizado no sistema prisional com possibilidades para o desenvolvimento de aprendizagens significativas e a reinserção social extramuros.

## Referências

ARAÚJO, José Douglas de Abreu. **A dimensão da educação nos processos de ressocialização e humanização no cárcere na perspectiva de agentes educativos.** 2021. Dissertação (Mestrado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2021. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/20755>. Acesso em: 15 maio 2025.

ARAÚJO, José Douglas de Abreu. **O potencial educativo e socializador das cartas nas prisões a partir da escrita de si, do outro e de nós.** 2024. Tese (Doutorado em Educação) – Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2024. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/34276>. Acesso em: 29 abr. 2025.

ARAÚJO, Mónica; SARMENTO, Teresa. Histórias de vida e formação de cuidadoras de idosos. **Práxis Educacional**, Vitória da Conquista, v. 17, n. 44, p. 262-281, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.22481/praxedu.v17i44.8025>. Acesso em: 10 fev. 2025.





BRASIL. Conselho Nacional de Justiça. **Resolução nº 391, de 10 de maio de 2021.** Estabelece procedimentos e diretrizes a serem observados pelo Poder Judiciário para o reconhecimento do direito à remição de pena por meio de práticas sociais educativas em unidades de privação de liberdade. Brasília, DF: Conselho Nacional de Justiça, 10 maio 2021. Disponível em:

<https://atos.cnj.jus.br/files/original12500220210511609a7d7a4f8dc.pdf>. Acesso em: 24 abr. 2025.

18

CAMPOS, Aline; IRELAND, Timothy Dennis. Ensino Superior em prisões da América Latina: um diálogo com uma experiência piloto no Tocantins/Brasil. **Educação e Cultura Contemporânea**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 48, p. 124-145, 2020. Disponível em: <https://mestradoedoutoradoestacio.periodicoscientificos.com.br/index.php/reeduc/article/view/7115>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CAMPOS, Aline; IRELAND, Timothy Dennis. Ler na prisão: entre portas, mundos e janelas. **Educação Unisinos**, São Leopoldo, v. 25, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.4013/edu.2021.251.14>. Acesso em: 15 abr. 2025.

CAMPOS, Aline; ROSA, Camila Simões; IRLAND, Timothy Dennis. Entre-nós: cartas, palavras e conversas dentro e fora da prisão. In: FREITAS, Cecília; ANDREATTA, Elaine; PERES, Ricardo (org.). **Entre redes e outros nós**. Manaus: Editora UFAM, 2024. p. 173-188.

CLANDINI, Jean; CONNELLY, Michael. **Pesquisa narrativa**: experiências e história na pesquisa qualitativa. Tradução do Grupo de Pesquisa Narrativa e Educação de Professores ILEEL/UFU. Uberlândia: EDUFU, 2011.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2017.

GHEDIN, Evandro; FRANCO, Maria Amélia Santoro. **Questões de método na construção da pesquisa em Educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2011.

IRELAND, Timothy Dennis. Convite à leitura. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-3, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/198271995383>. Acesso em: 15 abr. 2025.

IRELAND, Timothy Denis. **Educação em pauta 11** – Timothy Ireland [vídeo]. YouTube, 1 set. 2016. Disponível em: <https://youtu.be/JP2IsxEw1sY>. Acesso em: 30 abr. 2025.

IRELAND, Timothy Denis. **Entrevista**. João Pessoa, 1 mar. 2024.

IRELAND, Timothy Denis. Redes de pesquisa e extensão em contextos de privação e restrição de liberdade no mundo pós-covid-19. In: JORNADA DE ESTUDOS SOBRE



EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS EM CONTEXTOS DE PRIVAÇÃO E RESTRIÇÃO DE LIBERDADE, 2., 2020, Tocantinópolis. **Anais** [...]. Tocantinópolis: UFT/PROGRAD/PROEX, 2020.

IRELAND, Timothy Denis; SARMENTO, Virgínia Alves. Formação para agentes penitenciários(as): uma proposta metodológica à luz da educação em/para direitos humanos. In: ANDRADE, Fernando César Bezerra de; RECHEMBACH, Fabiana (org.). **Contribuições à educação em direitos humanos na contemporaneidade**. Curitiba: Editora CRV, 2016. p. 147-168.

JÁCOME, Cássia Gercina de Sousa; CHAVES, Emanuela Rutila. O direito à educação do preso no Brasil e seus aspectos legais. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 4, e48714, 2022. Disponível em: <https://doi.org/10.47149/pemo.v4.87140>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SARMENTO, Virgínia Alves; IRELAND, Timothy Denis. Educação que liberta: notas para construção de um Projeto Político Pedagógico em prisões à luz de Educação em Direitos Humanos. In: CALAÇA, Suelídia Maria et al. (org.). **Direitos humanos, políticas públicas e educação em e para os direitos humanos**. João Pessoa: CCTA, 2019. p. 519-534.

SOUZA, Miryan Aparecida Nascimento; IRELAND, Timothy Denis. Políticas públicas de educação para mulheres privadas de liberdade: contribuições da educação popular. **Temas em Educação**, João Pessoa, v. 32, n. 1, p. 1-20, 2023. Disponível em: <https://doi.org/10.22478/ufpb.2359-7003.2023v32n1.64462>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SOUZA, Miryan Aparecida Nascimento; IRELAND, Timothy Denis. Remição de pena como política educacional nas prisões femininas da Paraíba. **Revista Educação & Emancipação**, São Luís, v. 17, p. 240-254, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.18764/2358-4319v17n2.2024.27>. Acesso em: 15 abr. 2025.

SZYMANSKI, Heloisa. Entrevista reflexiva: um olhar psicológico sobre a entrevista em pesquisa. In: SZYMANSKI, Heloisa (org.). **A entrevista na educação: a prática reflexiva**. 4. ed. Brasília: Liber Livros, 2011. p. 9-64.

TORRES, Eli Narciso da Silva; IRELAND, Timothy Denis; ALMEIDA, Susana Inês de. Diagnóstico da política de educação em prisões no Brasil (2020): o desafio da universalização. **Revista Eletrônica de Educação**, São Carlos, v. 15, p. 1-18, 2021. Disponível em: <https://doi.org/10.14244/198271994696>. Acesso em: 15 abr. 2025.

TORRES, Eli Narciso. **Prisão, educação e remição de pena no Brasil**: a institucionalização da política para a educação de pessoas privadas de liberdade. Jundiaí: Paco Editorial, 2019.



<sup>i</sup> **José Douglas de Abreu Araújo**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-6564-4793>

Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Educação, Ciências e Letras de Iguatu,  
Curso de Pedagogia

Doutor e mestre em Educação pela Universidade Federal da Paraíba (UFPB). Pedagogo (UNINTER), filósofo (FAFIC) e assistente social (IFCE-Iguatu). Professor substituto da Universidade Estadual do Ceará (Uece).

Contribuição de autoria: escrita do texto, geração e análise dos dados.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/2025761218487894>

E-mail: [josedouglasabreu@gmail.com](mailto:josedouglasabreu@gmail.com)

<sup>ii</sup> **Wanderson Diogo Andrade da Silva**, ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-9583-0845>

Universidade Estadual do Ceará, Faculdade de Filosofia Dom Aureliano Matos,  
Curso de Licenciatura em Química

Doutor em Educação (UFMG), mestre em Educação (UFC), licenciado em Química (IFCE-Iguatu) e Pedagogia (UNINTER). Professor adjunto de Educação Química da Universidade Estadual do Ceará (Uece). Professor colaborador do MPEC-UFOP e do MPECM-UFG.

Contribuição de autoria: escrita do texto, orientação e revisão final do texto.

Lattes: <http://lattes.cnpq.br/9517476282566295>

E-mail: [wanderson.andrade@uece.br](mailto:wanderson.andrade@uece.br)

**Editora responsável:** Genifer Andrade

**Especialistas ad hoc:** Manuel dos Santos Bandeira Neto e Bruno Miranda Freitas.

### Como citar este artigo (ABNT):

ARAÚJO, José Douglas de Abreu; SILVA, Wanderson Diogo Andrade da. Trajetória formativa-profissional do professor Timothy Denis Ireland e sua defesa pela educação no sistema prisional. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 7, e15505, 2025. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/15505>

Recebido em 1º de maio de 2025.

Aceito em 3 de julho de 2025.

Publicado em 28 de agosto de 2025.

